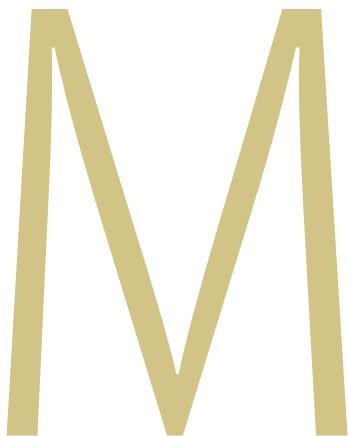


LUCIA RICOTTA VILELA PINTO

O livro imperfeito da viagem:

o problema da
objetividade
e a “redação”
do imenso na
representação
naturalista

**LUCIA RICOTTA
VILELA PINTO**
é professora da
Universidade
Estadual do
Sudoeste da Bahia
(Uesb).



Muito já se falou da viagem de Humboldt à América, popularizada, aliás, em função dos múltiplos interesses a ela conferidos, seja no âmbito da geografia, da botânica, da geologia, da vulcanologia, do ensaio político, seja no âmbito das representações culturais das civilizações asteca e maia. Restam, no entanto, várias questões que se ligam à importância da representação naturalista a partir dela figura-

da e que, contudo, teve várias implicações para o destino do literário e da própria noção de ciência na passagem do século XVIII ao XIX no Brasil.

Vou falar do relato de viagem de Alexander von Humboldt (1769-1859). Mais especificamente, vou falar da “Introdução”¹ que Humboldt escreveu, em 1812, para a *Relation Historique du Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804, par Al. de Humboldt et A. Bonpland, rédigé par Alexandre de Humboldt*². Por que falar da “Introdução”, esse paratexto do trabalho americanista de Humboldt? Porque lá somos capazes de observar Humboldt construindo a estrutura arquitetônica de seu trabalho sobre as viagens pela América. Também podemos observar, a partir dela, o processo de feitura de uma descrição da gênese e do “plano geral” de sua *opus*. Humboldt lista aí os procedimentos que adota para conduzir seu trabalho científico e sua representação naturalista. E o que é especialmente importante nessa “Introdução” é a referência de Humboldt a um tipo de ciência, o qual exige um “gênero de escrita” específico, como ele mesmo anota. Nesse sentido, a “Introdução” é o gesto inicial que permite claramente apresentar que ele, como naturalista-viajante, realiza uma coleta científica de “fatos” através da prática das viagens e da sua narrativa. E que essa coleção científica de “fatos” irá desenvolver o que ele vagamente chama de “Física do Mundo”, “Teoria da Terra” ou “Geografia Física” (Humboldt, 1812, p. 3). Contudo, o que é importante, em suas

viagens e narrativas, é que se trata de uma ciência comprometida com um “gênero de escrita” apto a configurar uma “descrição física da terra”, como o próprio subtítulo de seu *Cosmos* (1845-62) nos indica³.


O que acho realmente intrigante nessa “Introdução” é que nela Humboldt nos diz sobre o quão preocupado está em *como* escrever os “resultados gerais” de suas viagens à América (sublinho esse “como” para dizer que o problema da ciência em Humboldt não está ligado à pergunta sobre o que é a ciência, mas *como* se faz ciência, ou, o que *se faz* quando se quer representar naturalisticamente algo)⁴. Sua preocupação em *como* traduzir suas viagens em escrita leva-o a se confrontar com dois horizontes contra os quais ele tenta insistentemente resistir: por um lado, o perigo de cair em uma “superficialidade enciclopédica” (Humboldt, 1827, p. 1) e, por outro, a impossibilidade de “apresentar os resultados na forma usual de um diário” (Humboldt, 1812, p. 2). Ele fala também, na “Introdução”, que quando retornou à Europa experimentou muitas “dificuldades” em “escrever um número considerável de memórias” (Humboldt, 1812, p. 29). “Dificuldades” essas que o fizeram, em suas próprias palavras, “vencer insensivelmente” sua própria “repugnância em escrever [o] relato de viagem” (Humboldt, 1812, p. 29)

Portanto, meu ponto aqui é tentar pensar qual é a relação entre o forte incômodo de Humboldt com a escrita e a objetividade do seu trabalho americanista. É possível pensar que a “Física do Mundo”, seu principal intento durante toda a sua viagem, é um modo de revelar seus propósitos ocultos de criar um trabalho científico que seja infinito como a natureza? Isso me lembra uma peça de Jorge Luis Borges em que conta sobre uma “reliquia geográfica” criada por alguns cartógrafos – um mapa do Império que era do tamanho do próprio Império e, portanto, tornou-se o próprio Império (Borges, 1954, p. 89). Isso também me lembra o *Em Busca do Tempo Perdido* de Proust. Ler seu romance nos leva a experimentar efetivamente a duração da passagem do tempo, a densidade do tempo. Seu roman-

1 A “Introdução”, datada de 1812, está na “Première Partie” do “Tome Premier” da *Relation Historique*, publicado em 1814.

2 A *Relation Historique* corresponde à “primeira parte” e aos três primeiros volumes (publicados respectivamente em 1814, 1819 e 1825) de um conjunto de 29 volumes da monumental obra intitulada: *Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804, par Al. de Humboldt et A. Bonpland*. A obra consiste em 29 volumes na edição francesa em folio/quarto e 34 volumes, incluindo a *Synopsis plantarum* por K. S. Kunth. Foi publicada principalmente durante a estadia de Humboldt em Paris, que começou em 1807. O subtítulo dos três volumes referidos é: *Relation Historique du Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804 par Al. de Humboldt et A. Bonpland, rédigé par Alexandre de Humboldt*.

3 Cabe um desenvolvimento, em artigo posterior, sobre a relação entre escrita ou representação naturalista e geografia física. Alexander von Humboldt nos sugere que podemos entender a cultura da América nos termos de seu espaço geográfico e não através de seus “começos” historicamente hipotéticos. Pode-se dizer que ele apresenta a ideia de



ce tornou-se, num certo sentido, o próprio tempo. Pode-se sentir a duração do tempo, ou sentir quanto tempo dura para se passar pelas coisas ou por alguma coisa.

Portanto, se estamos certos de que a “descrição física do mundo” é a forma que Humboldt escolhe para descrever a natureza de tal maneira que a escrita torne-se a própria natureza, é possível perceber uma analogia entre labor da escrita e seu conceito de natureza. Esse é o ponto que gostaria de discutir.

Entretanto, antes de começar, deve-se perguntar: qual é o conceito de natureza de Humboldt? Natureza, para ele, ganha sua definição rigorosa com Schelling. Ele cita a definição schellingiana de natureza em seu *Cosmos* (1827) para expressar o seu próprio conceito dela. Então, de acordo com Humboldt, a natureza “não é um agregado morto [...], é a força originária do mundo, divina e eternamente criadora, que engendra todas as coisas a partir de si mesma e as produz já ativas” (Humboldt, 1827, p. 18). Para ele, portanto, a natureza é um absoluto e o protótipo de atividade e produtividade. Sendo infinita, a natureza pode ser representada fisicamente, porque na “Física do Mundo” humboldtiana o infinito *está* ou *é* o finito, como Schelling diria. E para a “Física do Mundo” humboldtiana a natureza é um “todo vivo” (*lebendiges Ganze*) ou a “unidade na diversidade” (*Einheit in der Vielheit*) (Humboldt, 1827, p. 4). E, quando é questionada racionalmente, a natureza revela o “constante da lei” através da “mudança eternamente recorrente das feições do mundo” (Humboldt, 1827, p. 3)

Então, se a natureza tem, como sua característica essencial, a autoprodutividade criadora, que não aceita nenhum tipo de limitação, como Humboldt irá representar a natureza cientificamente? Considerando que o propósito básico de seu relato naturalista era o de “contribuir para o progresso das ciências físicas” através de “observações” que utilizam os “instrumentos de fácil e pronto uso”, Humboldt encara um impasse (Humboldt, 1812, p. 1). Esse impasse tem a ver com limites. O infinito absoluto, que é a natureza, tem um poder que excede qualquer

que a América *antes* pode ser definida pelo seu espaço imenso, por sua natureza supostamente destituída de história. Pela primeira vez, então, emerge a tentativa de escrever a história por meio de uma geografia física, marcando a constelação espacial do começo, do início e do que ocorreu antes pelo apontamento do que é distante e remoto no espaço. Assinala-se o desenvolvimento dessa questão na sugestiva interpretação de Ettore Finazzi-Agrò sobre o fracasso do projeto historicista na historiografia literária brasileira, a partir da leitura genealógica que ele vai fazer da “Formação da Literatura Brasileira”, de Antonio Candido. Ver nesse sentido: E. Finazzi-Agrò, 2001.

4 Acredito que a relação entre a escrita do “relato histórico” da viagem e a viagem naturalista propriamente também é salutar, porque foi o movimento descontínuo da viagem que pôs Humboldt numa relação específica com a escrita, ou, com a composição do relato, a “redação de um número considerável de memórias”, como ele próprio anota. Quero dizer que foi o contínuo movimento por cinco anos na América, o amplo contato com o “exterior” que favoreceu uma expansão desmedida de “memórias de fenômenos observados” e uma simultânea resistência à escrita pessoal do “relato histórico”. Pensemos, portanto, aqui, a ideia de que a escrita da viagem se dá num difícil equilíbrio entre uma “penosa acumulação de conhecimento” e um extravasamento ligado a um “extravagar” (termo cunhado por Bento Prado), “errar displicentemente pelos bosques e pelo campo”, como o Rousseau das *Confissões*. No contexto rousseauiano, o *extravagar* está ligado à atividade de herborizar e, portanto, segundo Bento Prado, a uma “lógica inscrita no sensível” em que o pensamento precede o sujeito. Leia as suas palavras: “a extravagância não liberta [...] a genialidade ou a selvageria da subjetividade, sujeitando-a ao contrário a uma coerência que é da ordem do objeto” (Prado Jr.,

horizonte de precisão instrumental. Como alguém pode ser puramente científico em relação à natureza física se ela estimula nossa imaginação e provoca em nós a experiência de diferentes sentimentos? Esse é o dilema que Humboldt tem de encarar. Dilema esse que, a meu ver, ele não foi capaz de resolver. No entanto, suas tentativas para encontrar soluções naturalistas ao seu impasse tornaram seu trabalho único. É uma excelente representação da ambiguidade entre literatura e escrita científica, embora Humboldt, ele mesmo, não estivesse tentando produzir nenhum trabalho literário. Ele viu a si mesmo como um cientista que apenas queria comunicar a seu leitor uma descrição a mais vívida e verdadeira possível do que viu, do que contemplou.

Portanto, todo o problema da objetividade no relato naturalista humboldtiano está circunscrito ao método da escrita que é, em certo sentido, um modo de medir, calcular ou mensurar – tanto a ampla interação entre os distintos fenômenos quanto as incontáveis espécies de animais e plantas existentes na natureza terrestre. Não é surpreendente que ele tenha anotado, em seu *Quadros da Natureza* (1807), a “aplicação da aritmética à geografia das plantas”, a fim de tentar responder à questão sobre “quantos tipos de plantas existem na terra” (Humboldt, 1987, p. 231). Trata-se, é preciso notar, de uma questão sobre quantidades, números, cálculos, “relações matemáticas”. E a escrita se constrói para dar conta disso. Nesse sentido, escrever ou compor uma narrativa, para Humboldt, significa a possibilidade de mensurar numericamente a grandeza de seu objeto, num esforço de “matematização” do real. E a escrita então guarda dois modos de mensuração: medindo a natureza fisicamente, ela mede a extensão infinita da natureza usando a unidade de medida numérica, enquanto medindo a natureza simbolicamente representa-a esteticamente, com a unidade de medida dinâmica. O curioso ainda é que Humboldt não figura um “gênero de escrita” desde um anseio literário. O “gênero de escrita” emerge desde o empréstimo de pressuposições das “ciências físicas e matemáticas”, daí a convergência da escrita

2008, p. 323). O problema da escrita de Humboldt, a meu ver, guarda uma tensão entre o propósito científico de registrar objetivamente os fatos – seguindo um ajuizamento que é da ordem do entendimento – e o encontro efetivo com “os fenômenos que ela [a natureza imponente] oferece a cada passo” (Humboldt, 1814, p. 28). Entre a ciência do entendimento e uma “lógica inscrita no sensível”, aí estaria centrado o problema da escrita do relato, bem como todo o problema da objetividade da representação em Humboldt, pois que o viajante “vivamente ocupado”; “no meio de uma natureza imponente”, não quer ceder ao prestígio da sinceridade normalmente associada ao propósito tradicional do diário íntimo. Concorre aqui a debilidade de uma autorrepresentação do viajante por meio de sua obra, o relato da viagem, face ao reino dos objetos que se avoluma diante do naturalista.



naturalista com o número e a serialização numérica: medindo, simultaneamente, as séries numéricas das espécies, de acordo com um método empírico, e medindo “as leis da distribuição geográfica” dos animais e vegetais, de acordo com um método intuitivo. Em suma: para Humboldt, embora a natureza tenha a propriedade da grandeza, ela é, antes de tudo, grande. Trata-se de uma fina distinção entre quantidade e qualidade do grande ou da grandeza que vai estar, por exemplo, nas considerações matemáticas e dinâmicas do sublime kantiano, por exemplo (Kant, 1993, p. 93)⁵.

Mas como Humboldt resolve pragmaticamente o problema da escrita como medida, se o poder de criação da natureza é imensurável e ilimitado? Pelo excesso, pela desmedida, ou através da “excessiva extensão” de seu trabalho. Essa é a minha hipótese. A presença do excesso, ou a “excessiva extensão”, é digna de nota no *Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent* e é decisiva porque é ela que convoca uma forma específica de escrita para representar, ou melhor, para *apresentar* a natureza extensiva. Somente através da “extensão excessiva” de sua obra, e do processo laborioso da escrita, que Humboldt pode *apresentar* a natureza tal como ele a vê e a sente. O excesso da obra, ou do trabalho gasto com a obra, é matematicamente proporcional à autoprodutividade inerente à natureza, porque a natureza como “a força originária do mundo, divina e eternamente criadora”, excede os limites do que pode ser representado; ela é sublime matematicamente falando.

Vejamos suas palavras na “Introdução” para ver como a “extensão excessiva” de sua obra emerge da forma numérica que Humboldt encontra para traduzir em palavras a natureza. Ele diz: “Ao adotar um gênero de escrita que une, em um mesmo capítulo, tudo o que foi observado em um lugar específico do globo, compus uma obra de extensão excessiva” (Humboldt, 1812, p. 14). A extensão infinita é parte da decisão humboldtiana de adotar um “gênero de escrita”. Nesse sentido, o excesso é um tipo de método, retórico e textual, para lidar

com o infinito que é a natureza. Método esse configurado desde um pleno acordo com as “ciências físicas e matemáticas”, pois através dele é possível contar as espécies de animais e plantas até o infinito, numa operação de adição sucessiva. Se o excesso é um método de escrita, ele o é porque, em última análise, é a unidade de medida escolhida para medir a grandeza como propriedade da natureza. Em suma: é um método que tenta dar conta das quantidades incalculáveis de grandeza da natureza, desde uma forma paratática, parataticamente trabalhando através da adição exaustiva de informação de “tudo que foi observado em um único lugar do globo”. Aqui, temos a solução que Humboldt encontra para lidar com a imensidão que é a natureza e aqui também temos a sua solução científica para evitar a “forma usual do diário”.

Vocês poderiam me perguntar: o que pretendo ao definir isso como paratático? O que não pode ser representado na natureza, o que excede os limites das “ciências físicas e matemáticas” faz com que Humboldt adote um método quantitativo, o único capaz de dar a ver a medida da natureza, mais especificamente, o *quantum* da natureza. O relato de viagem é, desse modo, parataticamente composto da soma exaustiva de “obras puramente descritivas” que, embora apresentem a “imperfeição dos livros parciais”, é apropriada, de acordo com Humboldt, para “tudo o que tem alguma relação com as ciências físicas e matemáticas” (Humboldt, 1812, p. 2).

Podemos, portanto, afirmar que, na “Introdução”, é exposta a emergência de novas categorias ligadas aos procedimentos de apropriação das “ciências físicas” que não apenas implicam viradas epistemológicas na ciência (tal como a interação fundamental entre o físico e o mental), mas igualmente em questões sobre *como* escrever uma obra científica que irá contribuir para um “sólido aprendizado” dos leitores (Humboldt, 1812, p. 31). É então dos modelos das “ciências físicas e matemáticas” que o seu “gênero de escrita” emerge, bem como a sua representação naturalista é configurada. A escrita numérica, descritiva, serial guarda em si

5 Seria interessante contrapor essa ideia do apagamento do sujeito científico à excessiva objetividade de seu objeto. Nesse sentido, poderíamos pensar na relação entre uma epistemologia da objetividade científica em face do *ethos* da objetividade científica, num texto em que há uma espécie de resistência à dimensão pessoal da escrita como responsabilidade pelo excesso de neutralidade científica. Porque, em última instância, são as próprias pressuposições epistemológicas da natureza, por Humboldt, que transformam a natureza em sujeito. Portanto, epistemologia e *ethos* seriam convergentes em Humboldt, desde que se tome a natureza como parâmetro formal da criação. No século de disciplinarização da ciência histórica, o excesso de neutralidade científica transformou a ciência, como vai afirmar Nietzsche, em “exercícios [...] de dissecação” do “homem histórico”, presumidamente isento de vontade e pronto a confundir seu saber com uma “observação desinteressada”. A crítica de Nietzsche à objetividade científica denuncia por isso a negação da subjetividade pelo sujeito do conhecimento e pelo “homem culto”, “personalidades [que] devem se tomar, antes de tudo, como sem subjetividade, ou, como se diz, objetividades” (Nietzsche, 2003, p. 46). Assim como ele zomba dos cientistas eruditos, para ele, uma “geração de eunucos”, esses guardiões da “consciência histórica” são, “eles próprios [...] nem homens nem mulheres, nem mesmo ainda uma comunhão dos dois, mas sempre apenas neutros, ou, expresso de maneira mais culta, apenas os eternamente objetivos” (Nietzsche, 2003, p. 46). É interessante retomar o rendimento desse debate a partir do livro *Objectivity* de Lorraine Daston e Peter Galison, em que está tematizada a emergência da objetividade científica em face da emergência do “self” científico. A história da objetividade prevista por ambos visa a comprovar

Retrato de Alexander von Humboldt

o estatuto epistemológico das ciências da natureza, tal como Humboldt as entende, que, posteriormente, penetrará nas representações naturalistas da literatura. Pense em José de Alencar, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, João Guimarães Rosa, entre outros. Neles, é notável a presença de uma sensibilidade etnográfica, bem como de uma preocupação geográfica que concorrem na construção do processo de criação literária. Preocupação e sensibilidades essas amparadas por diversos saberes científicos que, ao longo do século XIX, ganham estatuto de legitimidade disciplinar. Daí cair muito bem para a literatura brasileira a consideração humboldtiana do tempo americano como espaço a ser perscrutado cientificamente, dos “quadros da natureza” como conteúdo e forma de determinadas configurações literárias do Brasil, prontas a substituir a hipotética questão sobre a origem do conteúdo e forma da literatura brasileira pela constelação espacial do início, do originário, do natural naturalizado, etc. A *apresentação* naturalista, portanto, tem validade cognitiva e configura-se desde um paradigma estrutural das ciências apto a medir a natureza extensiva e quantitativa da América.

Humboldt sabe que, se seus livros forem excessivamente científicos, tornar-se-ão cansativos para os leitores não familiarizados com tal tipo de linguagem científica. Isso significa que ele necessita medir o labor da escrita, calibrando os “detalhes” vertiginosos de suas “observações puramente científicas”, para encontrar a estratégia textual que mantenha o interesse do público enquanto o educa nesse processo (Humboldt, 1812, p. 15). Não é anacronismo pensar que Humboldt estava escrevendo para que fosse lido por um público mais amplo que o dos sábios dos círculos acadêmicos.

Humboldt está consciente da organização do texto e, por causa dessa consciência, teme “a imperfeição dos livros parciais”, embora essa “imperfeição” seja o único meio que ele pode usar para descrever seu múltiplo interesse no Novo Mundo – existem obras de zoologia, geologia, geografia das plantas, observações astronômicas,

Reprodução



ensaio político sobre a América Hispânica, entre outras, que encobrem uma soma total de 29 volumes para compreender os “resultados gerais” da viagem. Embora a “extensão excessiva” torne seu trabalho imperfeito, a “imperfeição dos livros parciais” é não somente a solução da apresentação da multiplicidade de seus interesses de viagem, mas também uma estratégia retórica para não se tornar cansativo e árido quando estiver discutindo, por exemplo, observações astronômicas.

Antes de terminar, gostaria de acrescentar algo sobre a objetividade. A impossibilidade de ser totalmente objetivo não nos leva, como se poderia pensar, a uma subjetivação

o amplo argumento que subjaz ao livro, a saber, o de que epistemologia e *ethos* se fundem. No capítulo “The Scientific Self”, especialmente, interessaria aqui que “a emergência da objetividade científica na metade do século XIX necessariamente é simultânea à emergência da subjetividade científica”. Subjetividade era o inimigo a partir do qual as medidas extraordinárias da mecânica objetividade foram inventadas e mobilizadas para combatê-lo. Não é acidental que essas medidas frequentemente apelavam para a autolimitação, auto-disciplina, autocontrole: não era mais a natureza variável ou o artista inconstante, mas o eu científico que impôs o maior perigo, epistemologicamente falando. O inconfiável eu científico foi tão novo quanto a objetividade científica; de fato, ele era seu anverso, seu negativo fotográfico. “Por que objetividade?” torna-se “Por que subjetividade?”, mais especificamente, “Quem é o sujeito científico” (Daston & Galison, 2007, p. 198)

da ciência ou da narrativa naturalista. Não. Humboldt não torna o conhecimento subjetivo. Ele silencia ou ao menos tenta silenciar suas objeções pessoais a fim de garantir a objetividade científica como um princípio das “ciências físicas e matemáticas”. Na prática, nenhuma subjetividade pode estar incluída na *Relation Historique*. Ele afirma: “Suprimi a maior parte desses incidentes pessoais”. Portanto, ele tenta ao máximo tornar sua representação naturalista o mais perto possível da natureza, tão enorme e grande quanto a natureza, produzindo um *analogon* à natureza de forma que ele, como sujeito, desapareça, para que a natureza possa aparecer como inquebrantável. E, fazendo isso, ele favorece a emergência da própria natureza como sublime, diante da qual o sujeito infinitamente falha.

Portanto, não é tanto a voz pessoal e vívida do viajante-escritor que se contrapõe

à neutralidade e à fidedignidade objetiva da narrativa, é antes a propriedade do imenso da natureza que torna impossível representar objetivamente o que o viajante viu com seus próprios olhos. A grandeza e a majestade da natureza silenciam a voz pessoal, e a representação naturalista transforma a dimensão autoprodutiva da natureza em um trabalho de “extensão excessiva” e nos informa que, na narrativa naturalista, a natureza não é naturalmente dada. Ela é primeiro o parâmetro formal da criação, seja quando esta se relaciona ao objeto, seja quando ela se relaciona ao sujeito. Ela se constitui como o sujeito, por excelência, de toda criação. E, desse modo, o sujeito científico⁶ que falha em representar objetivamente a natureza produz um *analogon* – seguindo sempre o fio borgiano – da natureza, desaparecendo nos interstícios de sua finitude para que a natureza apareça.

6 A referência aqui são os parágrafos 25 e 26 da *Ana-lítica do Sublime* de Kant. É interessante o comentário do capítulo IV, “O sublime como síntese matemática”, do *Lições sobre a Analítica do Sublime* de Jean-François Lyotard. A medida matemática do sublime refere-se à representação da grandeza do objeto. Refere-se, portanto, à mensuração da grandeza do objeto. Reproduzo um trecho destacado de Lyotard: “A conjugação das duas faculdades [imaginação e entendimento] é finalizada na determinação cognitiva, não é estética em nada, não traz ao pensamento que procede a essa recorrência nenhum prazer imediato, nada que seja final e agradável, *Gefallendes*, para a faculdade estética de julgar” (Lyotard, 1993, p. 103).

BIBLIOGRAFIA

- AGRÒ-FINAZZI, E. “Em Formação. A Literatura Brasileira e a ‘Configuração da Origem’”, in Raúl Antelo (ed.). *Antonio Candido y los Estudios Latinoamericanos*. Pittsburgh, 2001, pp. 165-82.
- BORGES, J. L. “Del Rigor en la Ciencia”, in *Historia Universal da Infamia*. Buenos Aires, Emecé Editores, 1954.
- DASTON, L. & GALISON, P. *Objectivity*. New York, Zone Books, 2007.
- HUMBOLDT, A. von. *Ansichten der Natur*. Studienausgabe, 7 Bd. Hrsg. von Hanno Beck. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1987.
- _____. *Einleitende Betrachtungen über die Verschiedenartigkeit des Naturgenusses und eine Wissenschaftliche Ergründung der Weltgesetze*. Trad. Fabrício Coelho. *Considerações Introdutórias sobre as Diversas Formas de Apreciar a Natureza e uma Investigação Científica de suas Leis*. Mimeo.
- _____. *Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804, par Al. de Humboldt et A. Bonpland. Première Partie: Relation Historique. Tome 1 / réd. par Alexandre de Humboldt*. Paris, chez F. Schoell. 1814-1820. <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37275535c/description>
- KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Valerio Rodhen e Antônio Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- LYOTARD, F. *Lições sobre a Analítica do Sublime*. Campinas, Papirus, 1993.
- NIETZSCHE, F. *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- PRADO JR., Bento. *A Retórica de Rousseau*. São Paulo, Cosac Naify, 2008.